

Mecanismos de assistência em Portugal e no Brasil

Contributos para um debate

Séculos XVII-XIX

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO (Ed.)

MECANISMOS DE ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL E NO BRASIL
contributos para um debate (séculos XVII-XIX)

Maria Marta Lobo de Araújo
(Ed.)

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda., 2017
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Telef.: 926 375 305
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1ª edição: Novembro de 2017
Depósito Legal: 43350517
ISBN: 978-989-755-283-0

Esta publicação tem o apoio do Projeto Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território – AUR/04509 com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e o cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), refª POCI-01-0145-FEDER-007528, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).

NA POBREZA E NA VELHICE

O asilo de entrevados e inválidos de São José de Braga nos séculos XIX e XX – estudo preliminar

Flávia Oliveira*

“Consolo-mo de ter ensejo de visitar este estabelecimento de caridade, onde se enxugam tantas lágrimas e se atenuam tantas dores. Louvo e felicito os ilustres cavalheiros que compõem a comissão administrativa d’esta casa e faço votos pelos melhoramentos e prosperidades de tão santa instituição. Deus a faça prosperar.”¹.

Introdução

Assistir, cuidar e alimentar constituíram os princípios caritativos inerentes à edificação do asilo de entrevados e inválidos de São José. O instituto, fundado em Braga, na segunda metade de oitocentos, emergiu no contexto de construção de novas concepções políticas, sociais e, por conseguinte, assistenciais.

No século de invocação dos ideais liberais e de difusão de um forte espírito filantrópico privado, surgiram entidades de assistência assumindo, por um lado, a supressão da mendicidade, privilegiando a reabilitação, fundamentada no valor da educação e do trabalho e, por outro, o amparo numa das fases mais débeis da vida do ser humano, a velhice, arrogando, o apoio ao velho, particular ênfase na prática caritativa oitocentista.

Assente no conceito assistencial contemporâneo, o asilo de São José buscou socorrer o indigente, o doente e o velho, atenuando as carências e arduidades sentidas diariamente por muitos. Construído como refúgio da indigência e fragilidade, o instituto desempenhou um importante papel no combate à pobreza na cidade de Braga, ocupando, a partir do século XIX, um importante lugar no apoio à população desvalida e mendicante do distrito.

* Mestre em História pela Universidade do Minho.

1. Mensagem do arcebispo de Braga, D. António José de Freitas Honorato, após visitar o asilo de entrevados e inválidos de São José, a 19 de março de 1885. Arquivo privado do asilo de São José (doravante APASJ), *Livro de mensagens do Asilo de Entrevados e Inválidos de São José*, fl. 9.

1. A proteção social na contemporaneidade

1.1. A política assistencial do século XIX

Fortemente veiculada pela ideologia cristã, a assistência assumiu um papel de assaz importância na evolução histórica das sociedades ocidentais. Na Idade Média, as albergarias e os hospitais recebiam homens e mulheres pobres que, nestas instituições, procuravam minorar o sofrimento pautado pela fome e pela doença². Simultaneamente, as confrarias, em particular as misericórdias, fundadas no alvorecer da Idade Moderna, buscavam a mitigação das carências da alma e do corpo³. No período moderno, assistimos à expansão da prática assistencial, destacando-se a difusão das misericórdias, que se transformaram num dos principais organismos de caridade do Portugal moderno, o apoio à infância abandonada, com a criação da Roda dos Expostos, bem como a consolidação da assistência à mulher, a partir da proliferação dos recolhimentos⁴.

2. Confira-se Ferro, Maria Tavares, “Assistência. Época Medieval”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 136.

3. A primeira misericórdia portuguesa foi fundada em Lisboa, em 1498, a partir do apoio e intercessão da rainha D. Leonor. Tendo como base as catorze obras de misericórdia, este tipo de instituição assumia como objetivo, assistir o pobre e o indigente. Leia-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva Publicações, 2014, p. 76.

4. Sobre a prática da assistência na Idade Moderna, veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “A protecção dos arcebispos de Braga à Misericórdia de Viana de Foz do Lima (1527-1615)”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (séculos XVI- XVIII)*, Évora, Edições Calibri, 2004, pp. 239-259; Paiva, José Pedro, “O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, Caridade e Assistência...*, pp. 167-196; Abreu, Laurinda, “Repressão e controlo da mendicidade no Portugal Moderno”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia e Caridad como estratégias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (siglos XV-XX)*, Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial, 2007, pp. 95-120; Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna, in Abreu, Laurinda, (ed.), *Asistencia e Caridad como estratégias de intervención social...*, pp. 293-314. Lourenço, Maria Paula Marçal, “As instituições de assistência das Casas da Família Real: a “misericórdia” e a “graça” régia”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia e Caridad como estratégias de intervención social...*, pp. 173-184; Abreu, Laurinda, “Purgatório, Misericórdias e Caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)”, in *DYNAMIS: acta hispânica ad medicinae scientiarumque historiam illustradam*, 20, 2000, pp. 395-415; Abreu, Laurinda, “Políticas de caridade e assistência na construção do Portugal Moderno: alguns elementos sobre o caso português”, in Martínez Millán, José, Lourenço, Maria Paula Marçal (eds.), *Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*, volume II, Madrid, Polifemo, 2012, pp. 1451-1468; Araújo, Maria Marta Lobo de, “A reforma da assistência nos reinos peninsulares”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 2, vol.19, n.º 1/2, 2002; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Braga: assistência material*

No contexto do desenvolvimento da esfera assistencial, modelada pela fundação de instituições que privilegiavam os princípios caritativos, o século XIX foi marcado por mutações desta índole. Com o liberalismo, firmou-se o conceito de assistência enquanto obrigação pública, isto é, de incumbência estatal. Teoricamente, o que até então dependia da caridade particular, passou a ser responsabilidade do Estado. Porém, na prática, a situação revelou-se diferente, ou seja, os governos sem recursos financeiros e logísticos para a concretização de um programa nacional de assistência pública, viram-se obrigados a utilizar organismos pré-existentes⁵. Ao mesmo tempo, procuravam incentivar a ação filantrópica privada.

A supressão da mendicidade assumiu-se como um dos grandes objetivos do programa social de oitocentos. Nesta medida, por decreto de 6 de abril de 1835, fundou-se, em Portugal, o Conselho Geral de Beneficência, conduzindo à criação dos asilos de mendicidade, institutos que recolhiam mendigos, proporcionando-lhes abrigo e assistência⁶. O Estado visava, assim, reprimir a ociosidade, tida como veículo conducente à vagabundagem⁷. Todavia, as medidas estatais de combate à mendicidade não surtiram os efeitos pretendidos, dado que o controlo e dissolução absoluta deste problema não foram alcançados. O século XIX fomentou ainda a emergência de novas formas de entreajuda, com a fundação das associações mutualistas de trabalhadores⁸.

e espiritual: uma obra que se apresenta, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2006; Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: (1750-1850)*, Viseu, Palimage Editores, 1999; Sá, Isabel dos Guimarães, Paiva, José Pedro (dir.), *Portugaliae monumenta misericordiarum 3. A fundação das misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004, pp. 7-21.

5. Na sequência da promoção de uma maior intervenção estatal, as autoridades administrativas intensificaram, de forma substancial, as funções de superintendência, vigilância e inspeção sobre as instituições de assistência. Consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, volume I..., p. 157.

6. Confira-se Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência pública", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal - O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 513.

7. De acordo com a opinião pública da era industrial, o pauperismo era entendido como um fenómeno perigoso, sendo necessário um rigoroso controlo visando a sua limitação. Ao mesmo tempo, persistia a ideia de associação entre miséria e crime. Leia-se Geremek, Bronislaw, *A Piedade e Força: história da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995, pp. 277-278.

8. Nas origens do mutualismo, encontramos a doutrina económica e social de Pierre Joseph Proudhon. No contexto das necessidades estabelecidas pelas técnicas de produção, decorrentes da 1ª Revolução Industrial, exigindo grandes concentrações de trabalhadores, o filósofo francês defendia o associativismo, ao lado do princípio da mutualidade como fundamento para a reciprocidade de serviços e bens, prevenindo a constituição de federações capazes de permitirem uma mais equilibrada coordenação de esforços no âmbito das associações mutualistas. Esta sua conceção, alicerçada no princípio do livre

Com o escopo de garantir proteção em caso de acidente de trabalho, invalidez, doença, velhice ou morte, o movimento mutualista, em Portugal, ganhou particular destaque nas últimas três décadas de oitocentos⁹.

Apoiado na construção teórica da assistência enquanto obrigação pública, o século XIX português, assinalou-se pela edificação de novas modalidades assistenciais, alicerçadas, sobretudo, no controlo e repressão das vidas ociosas, tendo como base o princípio de regeneração social, apoiado no valor do trabalho¹⁰.

1.2. A assistência na Braga oitocentista: aspetos gerais

No decorrer da Idade Moderna, o modelo assistencial bracarense baseou-se na importante ação desenvolvida particularmente pela Santa Casa da Misericórdia, instituição de enorme relevância na história caritativa da cidade, enquanto

associativismo, constituiu o pilar do moderno mutualismo. Veja-se Rosendo, Vasco, *O Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral, 1996, p. 25.

9. Confira-se Esteves, Alexandra, “O Asilo de Inválidos Camões: a obra assistencial entre os finais do século XIX e os inícios do século XX”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Capela, José Viriato; Esteves, Alexandra; Castro, Sandra (orgs.), *Da Caridade à Solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo Ibérico*, Braga, Universidade do Minho/ Lab2PT, 2016, p. 230. Esteves, Alexandra, “A dimensão religiosa da caridade: a criação e o funcionamento do hospital da Caridade em Viana do castelo (séculos XVIII-XIX), no prelo.

É importante salientar que o século XIX foi ainda marcado pela implementação de medidas concernentes à infância. A Casa da Roda, fundada para socorrer a infância abandonada, conheceu a sua extinção. A partir da centúria de oitocentos, a assistência à infância baseou-se na criação de entidades, como, por exemplo, os hospícios, destinados a acolher crianças expostas mas também desvalidas, filhas de pais indigentes. Simultaneamente, relevamos a formação da Associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, cujo fim, consistia na proteção e educação de crianças pobres, com idade inferior a sete anos. Destaque ainda para o campo hospitalar, cujas transformações passaram pela fundação de hospitais especializados, isto é, manicómios, hospitais pediátricos e sanatórios. Leia-se Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência pública...”, p. 504; Lopes, Maria Antónia, “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Capela, José Viriato; Esteves, Alexandra; Castro, Sandra (orgs.), *Da Caridade à Solidariedade...*, p. 175; Ribeiro, Vítor, *História da beneficência pública em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1907, p. 154.

10. No que concerne à questão dos problemas sociais e política caritativa do período oitocentista, atribuímos particular relevo à análise e estudo efetuados pelo jurista António Luís Gomes, na obra *Ociosidade, vagabundagem e mendicidade*, publicada em 1892. Na perspetiva do autor, a ociosidade constituía uma consequência e causa da pobreza. Este concebia a vida ociosa não como um vício congénito, mas um problema decorrente de um conjunto de circunstâncias ligadas à história familiar de cada indivíduo e, simultaneamente, ao ambiente social e económico em que este se encontrava inserido. Veja-se Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência pública...”, p. 514.

agente de construção de uma assistência espiritual e material. Para além dela, algumas confrarias e a Ordem Terceira da cidade, ajudavam preferencialmente os seus irmãos. Também os arcebispos e pessoas particulares deixaram uma marca importante em termos de caridade privada. A centúria de oitocentos destacou-se pela fundação de novos organismos, com vista à ampliação da proteção e cuidado dos mais carenciados, enfatizando o combate dos problemas ligados à subsistência, doença e morte¹¹.

Seguindo a propensão assistencial oitocentista, emergiram, a partir da segunda metade desta centúria, institutos que visavam assistir e amparar a infância, a invalidez e a mendicidade. Com o intento de socorrer a indigência infantil, nasceram o asilo da infância desvalida D. Pedro V, dedicado a acolher crianças do sexo feminino e a Oficina de S. José, destinada a menores do sexo masculino. O asilo D. Pedro V, criado em 1863, acolhia meninas vítimas de orfandade, indigência e abandono, facultando-lhes abrigo, vestuário, alimentação, cuidados de saúde, instrução e enxoval. Por seu turno, a Oficina de S. José, fundada em 1876, objetivava educar e regenerar rapazes em situação de risco¹².

A assistência aos mendigos e inválidos constituiu uma das prioridades da prática compassiva da cidade. Em 1852, nasceu o asilo de São José, dedicado ao auxílio do entreado e inválido e, mais tarde, em 1884, por iniciativa da Associação de Beneficência de Braga, o asilo de mendicidade¹³. Este concedia abrigo e apoio a mendigos de ambos os sexos. O combate à pobreza, em Braga, foi ainda assinalado pelo amparo concedido à doença e morte pelas associações de socorros mútuos, como o Montepio S. José, fundado em 1861 e as associações de socorros mútuos Fúnebre Familiar Bracarense (1892), de S. Salvador (1893) e de Santo António (1896). Ressaltamos a assistência à mulher que, entre outras fundações, contou com a criação do Colégio da Preservação, em 1890, para jovens abandonadas e em risco de perderem a honra, bem como a

11. Consulte-se Guimarães, Augusta Xavier, “A Assistência em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX”, in *NW: noroeste. Revista de História*, volume II, 2007, p. 396.

12. Confira-se Guimarães, Augusta Xavier, *A Caridade em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX*, Braga, Universidade do Minho/ICS, 1998, dissertação de Mestrado policopiada, pp. 69-70.

13. Aquando da criação da Associação de Beneficência de Braga, pretendia-se que esta fosse constituída por uma série de diferentes estabelecimentos, de modo a construir-se um amplo sistema de assistência. A par da fundação de um asilo de mendicidade, objetivava-se a criação de creches, de uma casa de correção e escola industrial para rapazes, de albergues noturnos, de recolhimentos femininos e a prestação de apoio domiciliário a indigentes. Leia-se Pimentel, Jerónimo da Cunha, *A beneficência no districto de Braga: projeto para a sua organização*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1884, p. 82.

fundação do Colégio da Regeneração, em 1869, destinado a mulheres “extra-
viadas”¹⁴. No âmbito do auxílio hospitalar, destacamos a criação do hospital
de Santa Cruz, em 1852. O organismo, erigido pela irmandade com a mesma
designação, prestava cuidados médicos gratuitos aos seus irmãos pobres¹⁵.

Um dos aspetos a ser considerado na assistência praticada em Braga, ao
longo do século XIX, prende-se com a caridade particular. Como vimos, o regime
liberal buscou a promoção da atividade filantrópica de caráter privado. Facto é
que esta tendência se fez sentir de forma clara na cidade, onde figuras de relevo
investiram parte do seu dinheiro na fundação de instituições, permitindo, assim,
eternizar o seu nome e obra na história bracarense. A criação da Associação de
Beneficência de Braga e, por conseguinte, do asilo de mendicidade, formam
um dos exemplos deste género de iniciativa. Na sua fundação, evidenciamos
o papel desempenhado pelo Governador Civil de Braga, Jerónimo da Cunha
Pimentel, que colocou particular empenho na edificação de uma estrutura de
combate à indigência na cidade. Destacamos ainda a edificação do asilo de São
José, igualmente marcada pela intercessão e apoio do também Governador Civil
de Braga, o Conde de Vila Pouca¹⁶. Ao mesmo tempo, salientamos o relevante
auxílio prestado pelos “brasileiros”, ou seja, portugueses emigrados no Brasil
que, após regressarem ao país de origem, investiam nestes institutos, com o
propósito de se afirmarem social e politicamente.¹⁷

14. Veja-se Guimarães, Augusta Xavier, “A Assistência em Braga...”, p. 401.

15. Consulte-se Guimarães, Augusta Xavier, “A Assistência em Braga...”, p. 401.

16. Confira-se Guimarães, Augusta Xavier, *A Caridade em Braga...*, pp. 29-30.

17. O asilo da mendicidade foi uma das instituições que usufruiu de forma significativa deste tipo de apoio. Neste caso, pelo “brasileiro” José Francisco Correia, Conde de Agrolongo. Numa visita ao edifício do asilo, que se encontrava com parcas condições, José Francisco Correia, “vendo o estado lastimoso em que êle se encontrava, aliado á falta de capacidade das instalações para fazer face ao grande numero de indigentes do concelho, resolveu, magnanimamente, fazer uma nova edificação á sua custa (...)”. Mais tarde, em honra do auxílio prestado, o instituto passou a designar-se Lar Conde de Agrolongo. *A Arquitectura Portuguesa*, nº 7, julho de 1914, pp. 1-2. Para aprofundamento do papel dos “brasileiros” na história da assistência em Portugal, leia-se Barbosa, Francisco António, “O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local: o legado de Bento da Costa Tição (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Coelho, José Abílio; Esteves, Alexandra; Franco, Renato (orgs.), *Os Brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Portugal/Brasil, Universidade do Minho-CITCEM/ Fundação Getúlio Vargas, 2013, pp. 55-69; Esteves, Alexandra, “A intervenção dos “brasileiros” nas instituições de assistência à saúde no Norte de Portugal (século XIX)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Coelho, José Abílio; Esteves, Alexandra; Franco, Renato (orgs.), *Os Brasileiros enquanto agentes de mudança...*, pp. 119-139; Sá, Isabel dos Guimarães, “Misericórdias, Portugueses no Brasil e Brasileiros”, in Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, *Os Brasileiros de*

2. O asilo: refúgio do enfermo, do indigente e do velho

Inserido na política assistencial contemporânea, marcada pela instituição de novos modelos de caridade, o asilo constituiu um dos organismos de maior ênfase na prática filantrópica do século XIX¹⁸. Criados para assistir a infância desvalida, a marginalidade ou a indigência, estes institutos socorriam na privação e na doença¹⁹. Concedendo abrigo, alimentação, vestuário e cuidados de saúde e higiene, estas instituições, auxiliavam homens, mulheres e crianças que não possuíam quaisquer meios de subsistência.

O amparo ao velho assumiu parte integrante da assistência prestada pelos asilos. Ou seja, intrínseco à criação desta entidade assistencial, encontrava-se o apoio a todos aqueles que, em consequência da velhice, não detinham condições físicas para a manutenção de uma vida produtiva. Sendo vítimas da idade e da ausência de auxílio familiar, muitos encontravam no asilo o refúgio para um

Torna-Viagem no Noroeste de Portugal, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, pp. 117-13;

18. A criação dos asilos assinalou de forma particular a política de assistência contemporânea. Contudo, importa destacar a questão ligada às origens deste tipo de instituição. Na Idade Média, os hospitais-hospícios, por exemplo, tinham os seus “pobres pensionistas”, isto é, facultavam guarida e apoio a título permanente. Simultaneamente, na Itália do século XV, encontramos uma diversidade de instituições de assistência de caráter especializado, tais como: o *syndochium*, que acolhia pobres e peregrinos, o *gerontocomium*, destinado ao abrigo dos mais velhos e o *orphantrophium*, para asilo dos órfãos. A par dos exemplos apresentados, expomos ainda a notícia publicada em 1901, na coluna *correspondência da Índia Portuguesa*, do *Diário de Notícias*, referindo a existência deste género de entidade assistencial no mundo oriental medieval. De acordo com esta, relatava-se “num livro do falecido escriptor indiano Barreto de Miranda (...) que, ao tempo em que na Europa se não sonhava na criação de asylos, já na velha Índia, em uma povoação afastada, de nome Gopacpur, se erguia no século XII um asylo para desamparados, onde o mendigo encontrava abrigo, o peregrino uma providencia e o desvalido uma consolação”. Veja-se Geremek, Bronislaw, *A Piedade e Forca...*, p. 55; Ribeiro, Vítor, *História da beneficência publica...*, p. 142.

19. Em resposta às críticas que, na época, consideravam os asilos um ataque às leis da caridade, “(...) porque afastando da nossa vista as misérias que se patenteavam ao publico enfraquecem a nossa caridade, esfriam o nosso amor ao próximo, fazem-nos esquecer o nada das cousas homanas”, Jerónimo da Cunha Pimentel, fundamentava a importância destes institutos evidenciando que a criação dos asilos não conduzia à total extinção da mendicidade. Ao mesmo tempo, destacava que a sua ereção intentava, acima de tudo, “acudir à indigencia que sem lar, nem abrigo, geme de fome e frio. Tirar da rua os mendigos que por ahi exibem em triste espectáculo o estendal das sua misérias, não é subtrahil-os à commiseracao publica, nem querer abafar no coração do homem os intentos de piedade”. Consulte-se Pimentel, Jerónimo da Cunha, *A beneficência no districto de Braga...*, p. 47.

fim de vida digno e com o mínimo de apoio²⁰. No que concerne à história do conceito de velhice, importa destacar que homens e mulheres não entravam nesta fase em simultâneo, isto é, cada um envelhecia em etapas diferentes da vida. A mulher era considerada velha no término da sua capacidade reprodutora. No caso do homem, a velhice iniciava-se quando este já não possuía forças para pegar em armas ou quando já estava inapto para trabalhar a terra ou na oficina²¹. De acordo com a definição de Rafael Bluteau, à idade de sessenta anos, o homem era considerado velho²². Facto é que, ao longo dos séculos, o modo de pensar a velhice foi sofrendo transformações, ganhando destaque, quer a conceção elogiosa da velhice, como a ideia pessimista e melancólica deste estado²³.

20. Embora a assistência à velhice tenha assumido novos e importantes contornos a partir do século XIX, esta não fora descurada nas centúrias antecedentes. A título de exemplo, destacamos a Misericórdia de Vila Viçosa que, desde o século XVII, prestava socorro aos mais velhos. Também em Viana do Castelo, José da Costa Pimenta Jarros, emigrante no Brasil, fundou, em 1780, a congregação de Nossa Senhora da Piedade, com o escopo de recolher esmolas e donativos para o sustento de velhos e entrevados. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “A protecção dos mais velhos na Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX)”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, p. 201. Esteves, Alexandra, “A dimensão religiosa da caridade: a criação e o funcionamento do Hospital da Caridade em Viana do Castelo (séculos XVIII-XIX)”, in *Religiosidad y reforma católica en el Noroeste de la Península Ibérica durante el Antiguo Régimen*, Léon, Universidad de Léon, 2017, p. 4, no prelo.

21. Consulte-se Esteves, Alexandra, “Entre a caridade e a assistência: a fundação dos asilos para idosos, no norte de Portugal, em finais do Antigo Regime”, in *Anais electrónicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Florianópolis, Santa Catarina, 2016, p. 1.

22. Confira-se Bluteau, Rafael, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de janeiro*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789, p. 387.

23. Na literatura bíblica, a velhice era entendida de forma positiva, sendo realçada a sabedoria e a dignidade inerentes a este estado. A cultura grega, por exemplo, apresentava visões distintas. A conceção platónica elogiava a velhice, adotando uma postura de máximo respeito pelos mais velhos. Platão enaltecia a velhice como a etapa da vida em que as pessoas alcançam a absoluta prudência, descrição, sagacidade e sensatez. O livro I da obra *A República* espelha de forma clara a ideia de velhice concebida pelo filósofo que, a partir do diálogo entre Sócrates e Sófocles, expõe a apazibilidade de se ser velho. Por sua vez, Aristóteles concebia uma imagem mais negativa da pessoa velha. Segundo a conceção Aristotélica, esta fase correspondia a um estado de deterioração e ruína, marcado por uma particular debilidade e inutilidade. O filósofo associava a velhice à enfermidade, concebendo os mais velhos como desconfiados, inconstantes e egoístas. Na Idade Média, Santo Agostinho olhava para a velhice como o período de alcance de um equilíbrio emocional, ao contrário de São Tomás de Aquino, que ligava esta fase a uma decadência física e moral. No Renascimento, época marcada pela celebração da juventude, da beleza e da vida em plenitude, encarava-se a morte com melancolia e pessimismo. Ao longo do período moderno, autores como Shakespeare, Schopenhauer, Holderlin e Humboldt, viam a velhice como uma etapa difícil mas, simultaneamente, composta por aspetos apazíveis. Leia-se Minois, Georges,

Em Portugal, as primeiras fundações deste género de organismo caritativo ocorreram em Lisboa, com a criação, em 1834, de um asilo para a infância desvalida e a edificação, em 1836, de um “Asylo para mendigos e indigentes dos dois sexos (...)”²⁴. Na segunda metade do século, já se encontravam espalhados por todo o país.

3. O asilo de entrevados e inválidos de São José

Alicerçado no princípio oitocentista de uma caridade privada, foi criado, em 1850, o asilo de São José, na cidade de Braga. Fundado para assistir o entrevado e o inválido²⁵, o instituto buscou socorrer a pobreza, o desamparo e a doença²⁶.

História da velhice no ocidente: da antiguidade ao renascimento, Lisboa, Teorema, 1999, p. 305; Carbajo Vélez, Maria del Carmen, “La Historia de la Vejez”, in *Ensayos*, 18, 2008, pp. 241-243. Para um aprofundamento da história da velhice no ocidente, veja-se Hernández Borge, Julio; Andrade Cernadas, Jose M.; Dubert García, Isidro (edi.), *Vejez e envejecimiento en Europa occidental*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2007; Sobrado Correa, Hortensio, “Vellos e “mozos vellos”. El papel socioeconómico y cultural de la vejez en la Galicia de la Edad Moderna”, in *Semata, Ciências Sociais e Humanidades*, volume 18, 2006, pp. 271-306; Dubert García, Isidro, “Vejez, familia y reproducción social en España, siglos XVIII-XX”, in *Revista de Demografía Histórica*, XXVII, II, 2008, pp. 87-122; Goose, Nigel, “Poverty, old age and gender in nineteenth-century England: the case of Hertfordshire”, in *Continuity and Change* 20 (3), Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 351-384; Ottoway, Susannah O., *The Decline of Life. Old Age in Eighteenth Century England*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004; Pelling, M. and Smith, R. M. (ed.), *Life, Death and the Eldery: Historical Perspectives*, London, Routledge, 2003; Thane, Pat, *A Long History of Old Age*, London, Thames and Hudson, 2005.

24. Ribeiro, Vítor, *História da beneficência publica...*, p. 143.

25. Para uma correta compreensão do tipo de assistência prestada pelo asilo em estudo, importa ter em consideração as definições dos termos entrevado e inválido na época em questão. Em 1871, Frei Domingos Vieira, no seu *Grande Dicionario Portuguez*, definia entrevado como “tolhido, paralytico”. Na mesma obra, inválido era sinónimo de “fraco, enfermo”. Mais tarde, em 1899, no *Nôvo Dicionario da Língua Portuguesa*, da autoria de Cândido Figueiredo, encontramos descrições mais amplas. Entrevado era definido como “paralítico; aquêlle que por doença está impossibilitado de sair de casa ou da cama”. O termo inválido era descrito como “débil, inférmo (...) impossibilitado de trabalhar ou de exercêr a sua profissão”. Veja-se Figueiredo, Cândido, *Nôvo Dicionario da Língua Portuguesa*, volume I, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899, pp. 515, 772; Vieira, Domingos, *Grande Dicionario Portuguez*, volume III, Lisboa, Ernesto Chardron, 1871, pp. 195, 1158.

26. A par do asilo de São José, foram edificados, ao longo dos séculos XIX e XX, um importante conjunto de asilos na região minhota. Destaque para o asilo de inválidos Camões, fundado na Vila de Ponte Lima, em 1880. Este destinava-se a acolher mulheres indigentes e enfermas, acudir famílias pobres e abrigar, durante o dia, crianças pobres. Em Guimarães, fundaram-se, no decorrer das décadas de quarenta e cinquenta de oitocentos, o asilo de inválidos, sob administração da Misericórdia, o asilo de entrevados de S. Domingos, o asilo de entrevados de S. Francisco e, por fim, o asilo de

A origem da sua fundação encontra-se ligada ao asilo de entrevados de Braga, na altura, instalado numa casa do extinto convento do Carmo. À época, “os recursos certos e incertos”²⁷ desta instituição, conduziram a um processo de intervenção visando a sua continuação, mas a partir da criação de um novo instituto, num outro local²⁸. Neste sentido, fundou-se, por alvará do Governador Civil de Braga, a Comissão de melhoramento que, ao mesmo tempo, funcionou como Comissão instaladora do novo asilo. A presidência desta foi assumida por Fernando de Oliveira Guimarães, figura responsável pela edificação do instituto²⁹.

Com o intento de se firmarem as bases da nova fundação, reuniu a Comissão, em abril de 1850. No seguimento da presente reunião, procedeu-se à deliberação das diversas solicitações a endereçar ao Governador Civil de Braga, com vista à agregação dos apoios e benefícios necessários à instalação da instituição³⁰.

mendicidade. Administrado pela Misericórdia, emergiu, em 1906, o asilo de inválidos, em Fafe. Consulte-se Esteves, Alexandra, “O Asilo de Inválidos Camões...”, p. 233; Caldas, António Ferreira, *Guimarães: apontamentos para a sua história*, volume I, Guimarães, CMG/SMS, 1996, pp. 253-262.

27. APASJ, *Acta de Instalação*, p. 1.

28. No que respeita ao asilo de entrevados de Braga, as informações de que dispomos são muito parcas. Os únicos dados que possuímos concernem à sua localização. Porém, tendo em consideração as fontes analisadas, supomos que o tempo de funcionamento deste instituto tenha sido muito reduzido, devido ao facto de o mesmo padecer da inexistência de condições mínimas para subsistir.

29. No atinente ao fundador da instituição, salientamos que as informações acerca deste são diminutas. Apenas temos conhecimento de que residia no Campo dos Remédios (atual largo Carlos Amarante), era viúvo e Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo. APASJ, *Escritura de doação que faz Fernando de Oliveira Guimarães*, fl. 1.

30. De entre as solicitações estipuladas em ata, destacam-se as seguintes: que o Governador Civil se dignasse mandar cumprir o testamento do falecido cónego Queirós, segundo o qual fora deixado um legado a favor do asilo e que, de forma indevida, estava a ser usufruído pela Misericórdia de Braga. Ao mesmo tempo, que este concedesse à instituição “alguma cota dos rendimentos dos Sanctuarios e das sobras dos Resíduos, a fim de custear a despeza do projectado Asylo”. Simultaneamente, que solicitasse ao governo régio o “producto das esmollas que neste Districto se obetiverão para Sua Santidade, a fim de ser convertido em fundo permanente e produtivo deste pio Estabelecimento”. Devia ainda pedir-se ao Governador Civil que, em sessão da Junta Geral do Distrito, propusesse a concessão de autorização às Câmaras Municipais de todo o distrito “para incluírem nos seus futuros orçamentos a verba annual, como *taxa para os pobres*, que lhes fôr arbitrada a favor do mencionado Asylo”. A par destas solicitações, a Comissão dirigiu ainda uma carta ao Governador, requerendo a cedência, da parte deste, de algum donativo ou subscrição semanal mensal ou anual. Além dos pedidos dirigidos ao Governador Civil, enfatizamos as iniciativas de índole económica levadas a cabo pela Comissão, a saber: promoção de uma subscrição “em todo o Districto, aceitando-se donativos por uma só vez, que serão convertidos em fundo permanente e produtivo, e prestações annuaes, mensaes e semanaes, que farão parte dos rendimentos do indicado Asylo”; nomeação de “pedidores” em cada um dos concelhos do distrito para recolherem esmolas a favor do asilo; sensibilização das

Para edificar o “Asylo dos Entrevados e Invalidos sob o patrocínio de S. José”³¹, Fernando de Oliveira Guimarães doou um conjunto de casas que possuía na rua das Águas, a par da quantia de 100 mil réis para as reparações que fossem precisas.

A definição da estrutura administrativa e organizacional do instituto foi assinalada pela elaboração, em 1851, do Projeto de Estatutos ou Regulamento do asilo e pelo lançamento, em 1857, dos Estatutos que, mais tarde, em 1918, foram objeto de uma reestruturação. Estes constituíam os instrumentos de organização do plano de funcionamento e gestão interna da instituição. A sua administração incumbia à direção, composta pelo presidente³², secretário, tesoureiro e diretores. Ao grupo diretivo, competia a gerência económica e financeira do instituto, isto é, a discussão e aprovação dos orçamentos, bem como a anuência e superintendência de todas as despesas e negócios inerentes à atividade da instituição. Ao mesmo tempo, controlava a questão da admissão dos asilados e o seu modo de sustentação³³.

A eleição da direção do asilo estava a cargo da Junta Geral dos Benfeitores³⁴. De acordo com o definido nos Estatutos, eram considerados benfeitores aqueles que ofertassem ao asilo uma quantia mínima. Atendendo aos Estatutos de 1857, para se gozar deste estatuto, seria preciso oferecer “pelo menos uma esmola de dous mil e quatrocentos réis, por uma vez ou subscreverem com duzentos e quarenta réis anualmente”³⁵. Em 1918, foi estipulada a importância de 1000 réis³⁶. A par da eleição da direção, cabia à Junta dos Benfeitores deliberar quer acerca das reformas ou alterações necessárias aos Estatutos, quer

irmandades e confrarias, com o escopo de concederem à instituição alguma cota anual. APASJ, *Acta de Instalação*, pp. 1-2; *Cópia da Acta de Instalação enviada ao Governador Civil*, p. 1.

31. APASJ, *Acta de Instalação*, p. 1.

32. Foram variadas as figuras que ocuparam o cargo de presidente da instituição. Entre elas, atribuímos destaque ao cônego Domingos Moreira Guimarães, que desempenhou esta função ao longo de cerca de 20 anos, grosso modo, desde 1887 a 1909, sendo considerado “admirável de actividade, zelo e devoção”. APASJ, *Livro das Actas do Asylo de S. José de Braga*, fls. 1-102; revista *Ilustração Catholica*, 17 de março de 1917, p. 484.

33. APASJ, *Estatutos do Asylo de S. José de Braga* (1957), fls. 1, 3v.; *Estatutos do Azilo de São José* (1918), pp. 6, 10.

34. A eleição da direção era realizada anualmente, a 8 de dezembro. APASJ, *Estatutos do Asylo de S. José de Braga* (1957), fl. 3.

35. APASJ, *Estatutos do Asylo de S. José de Braga* (1957), fl. 6v.

36. APASJ, *Estatutos do Azilo de São José* (1918), p. 6.

sobre matérias de cariz económico como, por exemplo, questões associadas à alienação e aquisição de bens imobiliários³⁷.

O controlo do movimento diário do asilo pertencia a um pequeno grupo de funcionários, responsáveis pela manutenção de um correto e organizado funcionamento interno do instituto. Além dos membros da direção, integrava o asilo o capelão, incumbido de prestar socorro espiritual aos asilados. A par deste, o fiel, nomeado entre os benfeitores, era responsável pela gestão de todos os géneros alimentícios, roupas e utensílios dos asilados³⁸. Salientamos ainda o escriturário, a quem cabia toda a escrituração do instituto, bem como o porteiro, cargo assumido por um asilado. Por fim, os serventes, grosso modo, um homem e uma mulher, responsáveis pela conservação da ordem e disciplina na instituição, a par da repartição das rações pelos asilados e o asseio dos dormitórios, cada um na divisão referente ao seu sexo. A este cargo, exigia-se “o maior cuidado nos Asilados, tratando-os com caridade; e quando eles transgridão as leis em regulamento, puni-los”³⁹.

O asilo de São José recolhia e alimentava as pessoas do distrito de Braga que, não detendo meios de subsistência, estavam fisicamente impedidos de os obterem a partir do seu trabalho⁴⁰. Importa destacar que os Estatutos de 1918 especificaram os requisitos de admissão, definindo que não era concedida entrada a quem padecesse de cegueira ou doença contagiosa ou mental. No que se prende com as visitas e saídas, os mesmos Estatutos, acrescentavam que ambas seriam autorizadas “em regra uma vez por mez nos dias que a Direção em sua primeira sessão designar”⁴¹. De ressaltar que eram ainda admissíveis pensionistas. Neste caso, a pensão seria estipulada pela direção, considerando as circunstâncias financeiras de cada um⁴².

37. APASJ, *Estatutos do Azilo de São José* (1918), p. 7. Intrínsecos à posição de benfeitor, encontravam-se alguns direitos e benefícios. Os benfeitores que ficassem sem meios de subsistência e, por qualquer razão, não os pudessem adquirir, eram “impreterivelmente recolhidos no asilo”. Aqueles que doassem ao asilo quantias a partir de 150 mil réis teriam, à custa da instituição, o seu retrato exposto na sala das sessões. Aos que ofertassem ou legassem bens ou dinheiro na quantia de 200 mil réis, era-lhes concedido o direito de colocar um inválido no instituto. APASJ, *Estatutos do Asylo de S. José de Braga* (1957), fl. 6v.

38. APASJ, *Projecto de Estatutos ou Regulamento do Asylo de Entrevados e Invalidos da Cidade de Braga*, fls. 4v.-5.

39. APASJ, *Projecto de Estatutos...*, fls. 6-6v.

40. APASJ, *Estatutos do Asylo de S. José de Braga* (1957), fl. 1.

41. APASJ, *Estatutos do Azilo de São José* (1918), p. 13.

42. APASJ, *Estatutos do Azilo de São José* (1918), pp. 1, 12.

Nos primeiros anos de atividade, o asilo fixou em 30 o limite máximo de asilados. Todavia, o instituto foi progredindo de forma positiva, possuindo condições que permitiram o alargamento deste número. Como exemplo desta evolução, em junho de 1882, a instituição contava com 48 asilados – 20 homens e 28 mulheres⁴³. Nos finais do século XIX, mais precisamente em 1895, integrava 49 asilados - 24 homens e 25 mulheres⁴⁴.

O processo de entrada no asilo era assinalado pela apresentação de um atestado que constituísse prova das carências conducentes à necessidade de abrigo. A par deste comprovativo, a admissão ao instituto era precedida por um requerimento. Após avaliação da situação do requerente, era deliberado o seu ingresso ou exclusão. Em 1864, José da Silva Nero, viúvo de 71 anos, viu o seu pedido de acesso negado, visto deter meios para subsistir⁴⁵. O mesmo sucedeu com Maria Peixoto, casada de 70 anos, cuja entrada foi recusada por ter “home que e jornaleiro”⁴⁶. Casos existiram em que, após solicitada admissão, o requerente não comparecia no momento da entrada. Miguel José de Oliveira Pinto, solteiro de 46 anos, recusou o ingresso. Custódio José Fernandes, casado e com 80 anos, declarou não ser sua intenção integrar o instituto⁴⁷. Torna-se importante salientar que as razões para tais recusas não são expostas na documentação. Porém, avançamos como hipótese de justificação de alguns casos, o facto de o requerimento ser impellido pela família contra a vontade do requerente⁴⁸.

43. Consulte-se o jornal *O Comércio do Minho*, 23 de dezembro de 1882, p. 3.

44. Confira-se o jornal *O Comércio do Minho*, 21 de março de 1895, p. 2. Note-se que em comparação com outros institutos, o asilo de São José acolhia um número considerável de asilados. A título de exemplo, expomos os asilos vimaranenses de S. Francisco, que acolhia 12 entretavados e o de S. Domingos, que recebia 6 asilados. Destaque ainda para o hospital e asilo da Ordem Terceira de S. Francisco, em Coimbra, que acolhia entre 9 a 14 inválidos. Veja-se Caldas, António Ferreira, *Guimarães: apontamentos para a sua história*, pp. 253-262; Silva, Ana Margarida Dias da, *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra: 1851-1926*, Coimbra, Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra, 2015, p. 67.

45. APASJ, *Relação das pessoas que têm requerido para serem recolhidas neste asylo pela ordem das apresentações e requisitos*, fl. 1.

46. APASJ, *Relação das pessoas que têm requerido para serem recolhidas neste asylo...*, fl. 1.

47. APASJ, *Relação das pessoas que têm requerido para serem recolhidas neste asylo...*, fl. 1.

48. A par da recusa de admissão pelo próprio requerente, foram registadas situações de abandono após o acolhimento. Sob o pretexto de voltar para a junto da família, António Henriques, admitido em 1852, deixou a instituição em 1853 para voltar à indigência e mendicidade, sendo “logo depois (...) visto em um jumento mendigando de terra em terra. Confira-se o jornal *O Bracarense*, 1 de maio de 1860, p. 2.

O auxílio ao enfermo constituía parte integrante da ação assistencial do asilo Aliás, alguns asilados eram encaminhados para a instituição a pedido do hospital do Carmo e do hospital de São Marcos, ambos da cidade de Braga⁴⁹. Na década de 70 do século XIX, Brás António, de 78 anos e Ana Joaquina Martins, de 50 anos, ingressaram no instituto por requisição hospitalar. Casos houve, em que no período entre a requisição e a admissão, o candidato falecia. Luísa Joaquina de Oliveira, de 70 anos, requereu entrada em 1865, mas acabou por falecer antes de ingressar na instituição. A mesma situação foi vivida por Florinda Teresa, de 65 anos. Após fazer um requerimento em 1871, não chegou a concretizar o ingresso⁵⁰.

Como vimos, o asilo de São José arrogava como intento cuidar e alimentar todos os que vissem sob a indigência e enfermidade, sem particulares definições no que concerne à faixa etária. Contudo, uma porção bastante significativa de asilados tinha idade superior a 60 anos, tornando-se uma característica do instituto. Prova disso, são as descrições presentes na imprensa da época, que atribuíam relevância ao amparo e apoio concedidos pela instituição aos idosos⁵¹. No século XIX, o jornal *O Comércio do Minho*, elogiava esse cuidado: “os asylados são velhinhos entrevados e em penúria de meios. Se não fosse esta casa morreriam cobertos de farrapos e à fome e frio, quem sabe aonde!”; “(...) Os velhinhos bem tratados, lavados e bem barbeados, apresentavam um ar de satisfação e bem-estar que bem denotam não lhes faltaram alli o carinho e desvelo e sadia alimentação”⁵².

Ingressando na instituição, o asilado fruía de abrigo e sustento. No atinente a esta questão, ou seja, ao tipo de serviço prestado pelo instituto, tomamos como referência um relatório do grupo diretivo do asilo. O documento, publicado no periódico *O Bracarense*, em 1860, concerne aos anos findos da década de cinquenta do século XIX. Atendendo à presente fonte, verificamos

49. APASJ, *Livro de Entradas de Asilados - 1853-1886*, fls. 2-45.

50. APASJ, *Relação das pessoas que têm requerido para serem recolhidas neste asylo...*, fls. 1-2.

51. A assistência à velhice foi parte integrante da atividade do asilo, no entanto, encontramos admissões atinentes a um conjunto variado de faixas etárias e distintas situações. Em 1864, com 15 anos, António da Costa requereu entrada no asilo. No mesmo ano, José da Silva, solteiro de 22 anos, solicitava abrigo. Destacamos ainda o requerimento por parte de adultos expostos. Vivendo com a marca do abandono, estes indivíduos estavam mais propensos à mendicidade e marginalidade. A título de exemplo, expomos o caso de Teotónio, exposto de 24 anos que, em 1870, solicitou acolhimento. APASJ, *Relação das pessoas que têm requerido para serem recolhidas neste asylo...*, fls. 1-2.

52. Veja-se o jornal *O Comércio do Minho*, 23 de dezembro de 1882, p. 3; 21 de março de 1895, p. 2.

que a alimentação era variada. O “almoço”, composto por um caldo de unto, apenas era facultado desde o primeiro dia de dezembro até ao último de março. O “jantar” dividia-se entre os dias de “gordo e de magro”. Os primeiros, compunham-se de sopa, carne de vaca, presunto e arroz. Os segundos, de sopa, feijão, bacalhau, peixe fresco e, por vezes, batatas. Na ceia, comia-se um caldo verde ou misturadas. Os asilados tinham ainda direito a um “pão de milhão fino”⁵³ para quatro dias. No dia de São José, por ordem do presidente, o jantar seria especialmente reforçado⁵⁴, comemorando a festa do patrono⁵⁵.

A maioria dos asilados, chegava ao instituto desprovidos de roupa. Nesta circunstância, o asilo concedia “roupa branca necessária para que se conservasse toda a limpeza”⁵⁶. A conservação da higiene era uma das principais preocupações da instituição, que intentava a manutenção de um espaço limpo e, por conseguinte, saudável⁵⁷. Para o efeito, as enfermarias eram continuamente arejadas e limpas e aos asilados exigia-se asseio⁵⁸.

53. Consulte-se o jornal *O Bracarense*, 1 de maio de 1860, p. 2.

54. Segundo a direção, a alimentação facultada era suficiente, evidenciando-se o bom estado nutritivo dos asilados “e a diferença que logo se lhes nota, apenas tenham passado alguns dias depois de recolhidos”. Confira-se o jornal *O Bracarense*, 1 de maio de 1860, p. 2.

55. No que concerne à questão alimentícia, expomos, a título de exemplo, o caso do asilo da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, onde o tipo de alimentação era particularmente variada. Aos asilados era dado café, leite, chá, vinho, pão de trigo e de milho, massa, arroz, carne de vaca e de porco, bacalhau ou peixe fresco, hortaliça e feijão seco. Consulte-se Silva, Ana Margarida Dias da, *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra...*, p. 71.

56. Leia-se o jornal *O Bracarense*, 1 de maio de 1860, p. 2.

57. A partir da segunda metade do século XIX, a higiene, quer pública, como privada, passou a ser objeto de uma maior preocupação. Neste contexto, deu-se início a um processo de cientificação, marcado pelo lançamento de um conjunto de obras e publicações periódicas de cariz médico-higiénico, com o intento de cultivar a ideia da importância da higiene para prevenir a doença e conservar a saúde. O asseio pessoal ganhou particular ênfase nos inícios do século XX. O banho começou a ser entendido como algo essencial do ponto de vista higiénico, sendo, a limpeza da pele, entendida como um dos fatores decisivos da saúde individual. A fundação dos asilos ocorreu nesta conjuntura, ou seja, de promoção das ideias higienistas no campo da assistência. Confira-se Guimarães, Augusta Xavier, “A Assistência em Braga...”, p. 395; Pereira, Ana Leonor; Pita, João Rui, “A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal”, in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, volume III, Lisboa, 2011, pp. 92-105. Para aprofundamento da política higienista no Portugal contemporâneo, leia-se Cosme, João “As preocupações higio-sanitárias em Portugal (segunda metade do século XIX e princípio do XX)”, in *NW: noroeste. Revista de História*, volume II, 3, 2007, pp. 707-722.

58. Na edição de 21 de março de 1895, o jornal *O Comércio do Minho*, enfatizava a questão concernente à higiene do asilo: “Fomos ali e não temos senão elogios para a desvelada direção. A casa antiga e acanhada, embora está muito bem conservada e limpa, notando-se a máxima ordem e aceio”. Também a revista *Ilustração Catholica*, na edição de 17 de março de 1917, dedicada ao

No que respeita ao espaço físico do asilo e respetivas valências, ganha destaque a mudança de instalações. Esta efetuou-se no início do século XX, conduzindo a uma significativa melhoria das condições do instituto. Em resultado das medidas liberais, relativas à extinção das ordens religiosas, em maio de 1884, por carta de Lei, o edifício do convento de Santa Teresa, “com a igreja e suas alfaias, cerca e mais dependências”⁵⁹, foi cedido ao asilo. Em 1902, o instituto tomou formalmente posse do extinto convento teresiano, sito na freguesia de S. Vicente, em Braga, procedendo, assim, à alteração de instalações⁶⁰. Porém, a passagem para o novo edifício não foi imediata, pois a referida mutação exigiu a realização de obras, de forma a transformar o espaço conventual num lugar apropriado ao funcionamento de uma instituição de assistência desta índole⁶¹.

Considerações finais

Fundado para mitigar a carência e o abandono, o asilo assinalou de forma marcante a configuração assistencial do século XIX. Evocando os valores da benevolência e caridade, estes institutos atuaram com o escopo de socorrer todos aqueles que, por qualquer motivo, haviam caído nos meandros da indigência.

A par do auxílio à criança desvalida, ao enfermo e ao mendigo, o apoio ao velho assumiu assaz relevância no trabalho caritativo destes organismos institucionais. Carecendo de amparo familiar, o asilo constituía o espaço para viver a última etapa da vida com dignidade e alguma comodidade. Embora ocupando um lugar de destaque na ação assistencial oitocentista, em Portugal,

asilo, atribuía relevo às boas condições da instituição: “os dormitórios modelarmente higienicos e destacando-se hum (...) tão ventilado e luminoso (...) commovendo-me especialmente a limpeza e gosto com que emergiam tantos leitos”. De entre os dormitórios, destacavam-se os Oliveira Guimarães e S. Romão, que “envergonhariam os de alguns hospícios demasiadamente vincados por um espirito apenas mercenario. Ao mesmo tempo, evidenciava o aspeto dos asilados, “que vivem tão limpos, tão rosados e sadios”. Veja-se o jornal *O Comércio do Minho*, 21 de março de 1895, p. 2; revista *Ilustração Catholica*, 17 de março de 1917, p. 488.

59. Consulte-se *Diário do Governo*, nº 117, 24 de maio de 1884, p. 1313.

60. APASJ, *Auto de posse do supprimido Convento de Santa Theresa*, fl. 1.

61. Entre as alterações efetuadas, destaque para os tetos, que foram alteados, de modo a franquear a luz e aumentar a ventilação. O refeitório também foi adaptado, a par da construção de um conjunto de dormitórios. Na parte exterior, ressaltamos a criação de um espaço com hortas e latadas e lugares de repouso ao ar livre. De acordo com a descrição da revista *Ilustração Catholica*: “Aproveita-se e melhora-se tudo, sem destruir nada impiedosamente, e depois construe-se de novo”. Leia-se a revista *Ilustração Catholica*, 17 de março de 1817, pp. 484-488.

a velhice carece de uma investigação mais profunda e incisiva, padecendo da inexistência de estudos que possibilitem conhecer e pensar a forma como a sociedade portuguesa concebeu e lidou com este estado, ao longo dos tempos⁶².

Parte integrante do programa de oitocentos, foi a fundação do conceito de assistência enquanto dever e obrigação do Estado. O estudo dos asilos permite constatar que, em larga medida, esta conceção contemporânea não foi materializada, revelando a ineficácia governamental no campo caritativo. Ou seja, nesta centúria, o protagonismo filantrópico não foi estatal, mas sim privado. A criação dos asilos espelha esta situação, demonstrando a importância da caridade particular na história assistencial do Portugal oitocentista.

Facto é que o exercício funcional destas instituições traduz a própria evolução das mentalidades, mais precisamente, no atinente à saúde. O cuidado com a higiene exemplifica, de forma evidente, esta questão. Um dos intentos diários do asilo de São José concernia à limpeza e asseio, precisamente por lidar com pessoas que não tinham prática destes preceitos. Esta preocupação exprime a importância da salubridade na época em estudo, enquanto veículo conducente à criação de um ambiente sadio, propiciador de bem-estar.

Estudar o asilo de São José, permitiu-nos adentrar no módulo assistencial de oitocentos, compreendendo as progressões sentidas neste campo, considerando, por um lado, a estrutura organizacional e de funcionamento interno deste tipo de entidade e, por outro, os agentes e beneficiários que protagonizaram a história caritativa do século XIX. Devemos, contudo, sublinhar, a escassez de fontes com que fomos confrontados, impossibilitando uma abordagem alargada a outros aspetos, como, por exemplo, o quotidiano.

62. De acordo com Alexandra Esteves, apesar do considerável número de fontes disponíveis, como tratados médicos, documentos legislativos ou textos literários, pouco se tem escrito sobre a velhice. Tal carência explica-se pelo facto de até à época da industrialização e do crescimento urbano, predominar o que normalmente se designa de “velhice invisível”, que em algumas sociedades prevaleceu até ao século XX. Veja-se Esteves, Alexandra, “A dimensão religiosa da caridade: a criação e o funcionamento do Hospital da Caridade em Viana do Castelo...”, p. 2.